

Prática de Professoras no Grupo Escolar Augusto Severo

Ingrid Katiúcha Albuquerque da Silva¹, Francinaide de Lima Silva¹ Maria Arisnete Câmara de Moraes²

¹Bolsista CNPq/PIBIC, ²Professora Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

O trabalho tem como propósito analisar a prática pedagógica das professoras que atuaram no Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, no período de 1908 a 1920. Este Grupo Escolar foi o primeiro do gênero no Rio Grande do Norte e, posteriormente, passou à condição de Escola Modelo e local da prática dos alunos formados pela Escola Normal de Natal. A participação das professoras primárias na institucionalização da escola pública possibilita compreender a configuração educacional no Estado, numa época em que a profissão docente aglutinava prestígio social e dignidade, constituindo-se em um espaço no qual a mulher poderia atuar, atendendo ao anseio feminino por um trabalho remunerado.

Palavras-chave: história da educação, prática educativa, grupo escolar

Abstract

This work aims to analyze pedagogical practices of teachers employed at the Augusto Severo school in Natal, Brazil, between 1908 and 1920. This school was first of its kind in the state of Rio Grande do Norte. Following this period, it was considered a model school as well as an institution that hired graduates of the Normal School of Natal. The participation of grade school teachers in the so called institutionalization of the public school makes it possible to understand the educational pattern of the state at a time when the teaching profession commanded social prestige and dignity. It was also considered a sphere in which women could take part, meeting their yearning for remunerated work.

Keywords: history of education, educational practise, grade school

Reconstituir a prática das professoras primárias que exerceram sua docência no Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, no período de 1908 à década de 1920 é a finalidade deste texto. Para tanto, analisamos a história institucional do Grupo Escolar Augusto Severo, criado a partir da expedição do Decreto n. 178 de 29 de abril de 1908 o qual também reabriu a Escola Normal de Natal para o preparo de professoras e professores que atuavam no Ensino Primário.

A Lei n. 249, de 22 de novembro de 1907, autorizou o governo a reformar a instrução pública, dando especificamente ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores de sua proficuidade (A REFORMA DO ENSINO, 1917). Com a Reforma da Instrução Pública no Estado do Rio Grande do Norte, o Grupo Escolar Augusto Severo foi o primeiro do gênero a se instalar, seguindo o modelo dos que já existiam no estado de São Paulo. Em 10 de maio de 1909, por ordem do Decreto n. 198, passou à condição de Escola Modelo para o ensino elementar e a ser o local onde se daria a prática dos alunos formados na Escola Normal de Natal.

Esse modelo de organização escolar se configurou como projeto de educação popular para a difusão do acesso da população à leitura e à escrita, exigência pretendida pela República no Brasil. A organização republicana de ensino estava comprometida com a modernização da sociedade brasileira e tinha como fins a universalização da instrução, o combate ao analfabetismo e a propagação da Escola Primária.

A análise da prática de professoras primárias nessa modalidade de funcionamento escolar se configura como objeto de estudo historiográfico dado que tudo o que se refira à atividade humana, é considerado objeto de análise dentro da perspectiva da História Cultural. Esta vertente de estudo historiográfico postula que pensar de outro modo a cultura, e por conseqüência o próprio campo da história intelectual, exige concebê-la como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente menos culturais. (CHARTIER, 1990, p. 66).

Através da atuação educativa dessas professoras buscamos entender a condição da mulher na sociedade do período estudado, bem como apreender sua contribuição enquanto sujeito social para difundir uma nova forma de ensino numa época em que a educação era um campo importante para o modelo de sociedade republicana que começava a se estabelecer. A escola era a instituição através da qual se transmitiriam aos cidadãos republicanos os valores culturais necessários à consolidação do pretendido Estado Moderno.

O ensino no Estado, especialmente a Instrução Primária, encontrava-se com poucas escolas que, desprovidas de material, não satisfaziam às necessidades da população. O magistério

estava mal remunerado, desprotegido e o sistema de ensino sem fiscalização. A Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916, que autorizou a reorganização do ensino público no Rio Grande do Norte, restabeleceu o cargo de diretor de Instrução Pública, exercido pelo Governador do Estado, assim como o de inspetor do ensino, desempenhado por professores diplomados. Dentre as atribuições do inspetor do ensino estavam a instrução de diretores e professores de Grupos Escolares quanto à organização técnica das classes e à adoção de métodos e processos de ensino. Além disso, os inspetores deveriam visitar as instituições escolares e apresentar relatório anual ao diretor de Instrução Pública com propostas de melhoramentos e modificações a serem introduzidas no sistema escolar. (A REFORMA DO ENSINO, 1917, pp. 45-46).

No relatório anual de Ensino Público, o Diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, Francisco Pinto de Abreu acentuava a necessidade de uma reforma para organizar a Instrução Pública adaptando-a às novas condições sociais e interesses da sociedade republicana. O referido professor apresentava também uma preocupação com os professores, especialmente no que tange à formação e remuneração, como fica claro no seguinte trecho:

Urge providenciar sobre o preparo dos mestres, garantindo-lhes vencimentos compensadores; definir a competência municipal nessa matéria; rever os regulamentos para simplificar os programas e adotá-los às nossas condições de vida; reformar o sistema defeituoso de inspeção; restabelecer o fundo escolar, escriturado especialmente no tesouro, sabiamente previsto por uma lei de 1892, com a contribuição forçada de todos os municípios, incumbindo-se no estado da construção de escolas e custeio do Instituto Profissional. (RIO GRANDE DO NORTE, 1906a).

Em sua visão, a função do mestre deveria ser privilegiada através da garantia do seu bem-estar no exercício da nobre missão social de ensinar. Ele expressa o desejo de reabrir a Escola Normal de Natal, salientando que não deveriam continuar esquecidas as pessoas do sexo feminino, que a seu ver possuíam dotes especiais para a delicada profissão de educar.

Para ele a inserção da mulher na Escola Normal indicava desenvolvimento, visto que em nações adiantadas como os Estados Unidos este era um fato reconhecido. Em seu ponto de vista, as cadeiras de Ensino Primário deveriam ser regidas exclusivamente por senhoras, atentas às suas naturais aptidões. Além disso, esta era uma ótima profissão para as moças da classe menos abastada, mais fáceis de aceitar vencimentos modestos, do que os representantes do sexo masculino.

A Reforma do Ensino Primário, idealizada por Pinto de Abreu, defendeu a ampliação da educação renovada que seria efetivada pela institucionalização de uma rede de Grupos Escolares para permitir às crianças o exercício da aquisição da cultura letrada. Após o surgimento dessa modalidade de organização escolar no Estado, em 1908, foram criadas até o ano de 1917, vinte e seis instituições, sendo o Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, no bairro da Ribeira, e os demais nas cidades e vilas do Estado. O Grupo Escolar constituía um conjunto de escolas com direção comum, embora cada qual mantivesse sua organização interna (PINHEIRO, 2001, p. 34). O curso primário graduado era desenvolvido por esses estabelecimentos de ensino e podia ser organizado em escolas infantil, elementar e complementar que podiam funcionar com turmas mistas ou por sexo. Essas entidades eram criadas e mantidas pelo Governo do Estado nos Municípios que requeriam a sua instalação. A matrícula mínima em cada escola deveria ser superior a vinte e a média de frequência de quinze alunos.

Desde o período Imperial a educação nas províncias brasileiras encontrava-se abandonada pela falta de mestres e mestras com boa formação. Foi assim que em meados do século XIX foram criadas as primeiras Escolas Normais do país para a formação de docentes. A pioneira delas foi criada em 1830, em Niterói e pioneira também da América Latina (MORAIS, 2006, p. 69). Essas instituições abertas para ambos os sexos estabeleciam que moças e rapazes deveriam estudar em classes separadas, em turnos ou até mesmo em escolas diferentes.

No Rio Grande do Norte a Escola Normal para a formação de professores teve sua primeira fundação em 1873, autorizada pela Lei n. 671 de 05 de agosto de 1873. Funcionou por quatro anos (1873-1877), instalada no Atheneu, e diplomou três alunos. Foi extinta pela Lei n. 809 de 19 de novembro de 1877. Após seu surgimento houve mais duas tentativas de instalação as quais não se efetivaram. A expedição do Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, durante o Governo Alberto Maranhão (1908-1913) reabriu a Escola Normal de Natal para o preparo do magistério de ambos os sexos. Moraes (2006, p. 74) acentua que essa instituição era anexa ao Atheneu Norte-Rio-Grandense com as suas cadeiras providas mediante contrato e a sua direção confiada a um lente do Atheneu.

De acordo com Louro (1997, p. 449) as Escolas Normais foram criadas com a pretensão de formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar. A primeira turma formada pela Escola Normal de Natal, em 04 de dezembro de 1910, após

seu surgimento em 1908, diplomou sete professores e vinte professoras, evidenciando a participação da mulher no processo educativo.

Esse movimento deu origem a uma “feminização do magistério”, processo esse observado em outros países, o qual se vinculava ao crescimento da urbanização e da industrialização, uma vez que ampliavam as oportunidades de trabalho para os homens. A presença dos imigrantes e o crescimento dos setores sociais médios provocavam uma outra expectativa com relação à escolarização. Esses fatores e ainda a ampliação das atividades de comércio, a maior circulação de jornais e revistas, a instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente ligados às transformações urbanas, estavam produzindo novos sujeitos sociais.

A execução da atividade docente pela mulher era tida, por um lado como algo danoso, desastroso. Conforme Louro (1997, p. 450) o médico Tito Lívio de Castro (1864 -1890) considerava uma insensatez entregar às mulheres usualmente portadoras de cérebros pouco desenvolvidos pelo seu “desuso” a educação das crianças. Em contraposição a essa idéia, havia o princípio de que as mulheres tinham por natureza uma inclinação para o trato com as crianças, sendo as mulheres as primeiras e naturais educadoras; logo, nada mais adequado do que lhes confiar a educação dos pequeninos. Como o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar o magistério como, de certa forma, a extensão da maternidade, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou filha espiritual. Tal argumento não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, a ampliava ou a sublimava. Assim o magistério era representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. Era preciso ter “vocaçãõ”.

Para lecionar nos Grupos Escolares, as professoras deveriam possuir a formação profissional do Ensino Primário, obtida através do curso na Escola Normal de Natal.

O curso Normal tinha três anos de duração e, no último ano, o aluno aprovado requeria a prova de capacitação profissional, a qual lhe dava o diploma de professor primário em regime efetivo, em qualquer grupo escolar do estado do Rio Grande do Norte. (PINHEIRO, 2001, p. 31).

As Escolas Normais, quando criadas pelas províncias para o preparo de professores visando suprir a necessidade de desenvolvimento do ensino, tinham sua matrícula eminentemente feminina numa época em que o magistério era tido como uma missão, um sacerdócio.

Entretanto, as mulheres nem sempre entravam nas Escolas Normais por vocação, mas por ser esta profissão “um meio socialmente aceito na época para se ter acesso ao ensino”. O magistério

aparecia como uma nova perspectiva de vida, uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho. Configurando-se como uma profissão que aglutinava prestígio social, dignidade, os quais eram considerados por seguidores dos ideais positivistas características próprias do sexo feminino, agregava seus anseios por um trabalho remunerado.

Segundo Almeida (1998, p. 62) a frequência pelas mulheres à Escola Normal e à educação feminina, estava atrelada aos princípios de que assim ela seria uma esposa agradável e uma mãe dedicada. Desse modo, era legitimada a exclusão feminina de outras formas de ensino que não essa, justificava o currículo que privilegiava prendas domésticas em detrimento de outros ensinamentos.

Enfim, a Escola Normal supriu uma necessidade e um desejo feminino, surgiu como via de acesso às mulheres para Instrução Pública escolarizada e que possibilitava a inserção da mulher em uma profissão. O exercício do magistério era tido como um prolongamento das funções maternas, e instruir crianças era considerado aceitável às mulheres. (ALMEIDA, 1998, p. 62).

Após a diplomação na Escola Normal de Natal, as professoras ocupavam cargos nos Grupos Escolares. Em seu livro *Um século de ensino primário* (1927, p. 177), o educador Nestor dos Santos Lima apresenta relação nominal das professoras efetivas do Grupo Escolar Augusto Severo. Consta nesta lista o nome das professoras e os respectivos cursos e anos que ministravam: Herondina Raposo da C. Caldas (Complementar Feminina – 1º ano); Maria Emiliana da Silva (Complementar Feminina – 2º ano); Anna Silva de Araújo (Elementar Masculina); Francisca Dias da Silva (Elementar Feminina); Stella Ferreira Gonçalves (Infantil Mista); Alice Pereira de Britto (Isolada Masculina); Guiomar de França (Isolada Feminina); Marcina Pinto Villar Barroca (Noturna para adultos) e Olda Marinho Rodrigues (Rudimentar Mista). E, ainda, os professores Antônio Gomes da R. Fagundes (Curso Complementar Masculino) e Manoel Varella de Albuquerque (Curso Complementar Masculino).

A sociedade buscava uma educação escolar primária seriada e integral, ao sabor da Pedagogia Moderna, para a construção da consciência social do indivíduo republicano. No Estado do Rio Grande do Norte a Pedagogia de Pestalozzi (1746 – 1827) tornou-se oficialmente autorizada para o ensino da infância. O educador desenvolveu os princípios fundamentais do seu ensino, o Método Intuitivo e o Ensino Mútuo, em fins do século XVIII. Era um método moderno de instrução utilizado no Grupo Escolar Augusto Severo para ensinar o povo a ler, escrever e contar.

A adoção do Método Intuitivo, também denominado Lições de Coisas, no ensino das matérias do programa estava entre as atribuições do professor, com vistas a atender às novas formas

de abordar e entender o processo de ensino-aprendizagem. Esse método contrapunha-se ao Método Tradicional – baseado na repetição e memorização – e, conseqüentemente, as formas de pensar, perceber e de agir que o Método Tradicional produzia, substituindo o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, pela observação e experimentação científica.

Ao privilegiar o Método Intuitivo o docente estaria evitando o modo individual de aprendizagem e o aprendizado de memorização que se daria de forma mecânica. Observa-se a importância dada ao modo mútuo de ensino, o quanto esse método era valorizado para a ação do professor que teria que se esforçar por transmitir a seus alunos as noções de forma clara e exata das matérias lecionadas, visando promover o desenvolvimento gradual e harmônico das faculdades dos educandos.

A instrução primária será proporcionada ao desenvolvimento das faculdades físicas do aluno e terá por fim estimular criteriosamente esse desenvolvimento, de modo a poder o aluno adquirir os conhecimentos por sua própria atividade, sob a direção do professor. (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 16).

A utilização de métodos modernos pelas professoras na Instrução Pública Primária buscava atingir o desenvolvimento integral do educando. A educação da criança considerava “seus modos naturais de desenvolvimento e os processos melhor adaptados a disciplinar-lhe acertadamente as faculdades” (CALKINS, 1950, p. 29). O método de ensino adotado privilegiava o desenvolvimento dos sentidos, como expressa o artigo 7º do Regimento dos Grupos Escolares:

Os sentidos são os caminhos naturais por onde se conduzem as explicações dos mestres ao espírito dos alunos. Dentre os meios empregados para atingir esse fim, são as lições de coisas que melhor resultados produzem, desenvolvendo na criança a faculdade de observação, preparando-a para refletir e ajuizar. (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 6).

A ação pedagógica das educadoras era norteada por concepções didático-metodológicas que incentivavam a disciplina em sala de aula, regulava o comportamento de alunos e professores no interior da instituição escolar, assim como disseminava valores e normas educacionais e sociais. Esses ensinamentos se materializavam no ambiente escolar e se refletiam na alteração dos padrões da sociedade.

A atuação das professoras no Grupo Escolar representava o início da institucionalização da Escola Primária e a atividade de ensinar era um ofício, um trabalho através do qual se

produziram as práticas que consolidaram a profissão docente para as mulheres. Estas professoras primárias representaram artífices da moral e dos valores cívicos.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CALKINS, Norman Alisson. **Primeiras lições de coisas – manual de ensino elementar para uso dos pais e professores**. Tradução por Rui Barbosa. Obras Completas, v. XIII, tomo 1. Rio de Janeiro, 1950. 573 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de ensino primário**. Natal: Tipografia da República, 1927.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Chicuta Nolasco Fernandes, intelectual de mérito**. Natal: Editorial A República, 2006. 174 p. (Série Educação e Educadores do Rio Grande do Norte – v. II).

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. Sinhazinha Wanderley: professora em Assu/RN. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). **A mulher em nove versões**. Natal: EDUFRRN, 2001.

RIO GRANDE DO NORTE (1906). **Relatório Anual da Instrução Pública**. Natal: Tipografia da República, 1906.

RIO GRANDE DO NORTE (1917). A Reforma do Ensino. Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional. **Leis e Regimentos Escolares**. Natal: Tipografia da República, 1917.

_____. (1925). Departamento de Educação. **Regimento Interno dos Grupos Escolares**. Natal: Tipografia da República, 1925.

Ingrid Katiúcha Albuquerque da Silva

Endereço eletrônico: ingrid_pedagogia@yahoo.com.br

Grupo de pesquisa: Gênero e Práticas Culturais: abordagens históricas, educativas e literárias.

Endereço postal: Departamento de Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 59078-970, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Universitário, Natal/RN – Brasil.